

1.

FAMÍLIA: TRAGÉDIA, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Talvez o primeiro trabalho psicanalítico com uma família tenha sido feito por Freud. Nos primeiros anos do século XX, ele atendeu em algumas consultas o pai de um menino de cinco anos, Hans, que sofria de uma fobia por cavalos que o impedia de sair às ruas¹. Em função da distância, porque a família morava em outra cidade, e porque Freud não atendia crianças, era com o pai, também psicanalista, que ele conversava e tentava compreender a fobia do menino. Sua intenção era de que as interpretações nascidas daqueles encontros pudessem ser transmitidas à criança. Dessa forma, Freud cuidava do filho através do pai que, em seu entender, fazia parte tanto das causas dos transtornos do menino quanto agora, através das interpretações veiculadas, também de sua cura.

Freud teve como eixo central de compreensão da fobia de Hans **o complexo de Édipo**, uma configuração psíquica das relações familiares construída pelos desejos e temores infantis que é, a um só tempo, fonte de intensa angústia para a criança e núcleo estruturante de sua formação. Acompanhar

¹ O caso clínico é relatado por Freud em seu livro *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos: o pequeno Hans*, originalmente publicado em 1909.

o desenvolvimento do pequeno Hans e de sua fobia era uma oportunidade valiosa para Freud observar *in loco* e pôr à prova a sua teoria do complexo de Édipo como eixo central organizador da estruturação psíquica de todo ser humano.

O que Freud cunhou com o nome de complexo de Édipo é uma trama familiar: todo menino pequeno, em seus primeiros anos de vida, desejaria possuir a mãe de forma total e exclusiva, desejaria para si todo o amor dela e, para realizar este desejo, fantasia eliminar seu maior rival, o pai, que o ameaça de tomá-la por inteiro para si. É porque deseja eliminar o pai, porque faz dele o seu rival, teme-o, e esse temor se expressa no que Freud chamou de angústia de castração - a fantasia aterrozante de ser castrado pelo pai, em represália aos seus desejos hostis. Movido por esse temor, para preservar sua integridade, o menino abdicaria de sua rivalidade com o pai e do projeto de ter a mãe só para si. Ao invés disso, identificase com o pai, com os atributos de qualidade e de poder que vê nele, e dirige os seus interesses e desejos para outras pessoas e outros objetos do mundo. Isto constituiria, em linhas gerais, a superação do complexo de Édipo, que significa aceitar um limite, uma proibição primordial - a proibição do incesto. É assim que, para Freud, o menino insere-se numa ordem social e passa a ter os seus desejos regulados por uma lei que o lança a buscar os seus objetos de amor e desejo fora do núcleo familiar.

O pequeno Hans estava, de acordo com a análise feita por Freud no período em que seu pai ia às consultas, em meio ao turbilhão de seus desejos e temores edípicos. Mas sua rivalidade em relação ao pai, bem como os temores em relação a ele, teriam sido transferidos para os cavalos, esses enormes animais de pênis grande (na ótica do pequeno menino). Os cavalos eram representantes do pai temido, daí a fobia por

eles. Ao transferir o seu temor para os cavalos, o menino evitava a angústia na relação com o pai amado e admirado. E dos cavalos, cuidava de não se aproximar, evitando as ruas. Para Freud, esta trama complexa de sentimentos de amor e ódio que constituíam as relações de Hans com seus pais precisaria ser interpretada para ele, para que compreendesse o sentido de seus temores e pudesse libertar-se de sua fobia. Curioso é que esse sentido, de acordo com o plano de tratamento estabelecido entre Freud e o pai do menino, seria veiculado ao filho pelo pai, portanto por quem era a fonte e o alvo desses sentimentos. Hans teria assim a oportunidade de elaborar suas angústias junto ao pai, falando sobre elas com ele.

O nome de complexo de Édipo foi extraído por Freud de uma tragédia de Sófocles, escrita no século V a. C. É uma tragédia em família: Laio, o rei de Tebas, casa-se com Jocasta e tem com ela um único filho. Como antes do casamento um oráculo divino predissera que o menino nascido daquela união mataria o pai e viria a casar-se com a mãe, Jocasta, na tentativa de impedir a realização desse destino, dá o filho recém-nascido a um pastor, para que o mate. Este, com pena, amarra o bebê pelos pés a uma árvore, em vez de matá-lo. Um pastor de Corinto, ao passar por ali, viu a criança amarrada, apiedou-se e levou-a aos reis de sua cidade, que não tinham filhos. A criança foi adotada por eles, que o chamaram Édipo, que em grego quer dizer "o que tem os pés inchados". Já adulto, Édipo ouve de um conviva bêbado, num banquete, que ele não era filho legítimo de seus pais. Angustiado, consulta um oráculo que lhe prediz o que Laio já escutara, ou seja, que ele seria parricida e incestuoso, e de seu casamento nasceria uma prole nefanda. Para escapar ao destino, Édipo foge de Corinto, pensando assim afastar-se de

seus pais. Numa encruzilhada de estrada, entra em disputa com uma pequena caravana formada por um velho homem e dois ou três serviçais que o escoltavam. Na briga, Édipo mata o velho homem que era Laio, seu pai legítimo, sem o saber. Também sem o saber, inicia ali a cumprir o destino que lhe fora profetizado pelos deuses. Seguindo o caminho, Édipo aproxima-se de Tebas e, nas portas da cidade, defronta-se com a Esfinge, monstro que propunha difíceis enigmas aos que por ali passavam e despedaçava aqueles que não os resolviam. Creonte, irmão da rainha Jocasta, promete por toda a Grécia que daria a coroa e a mão da rainha Jocasta a quem decifrasse esses enigmas e livrasse Tebas do terrível flagelo. Édipo enfrenta a Esfinge, que lhe pergunta: "Qual é o animal que, pela manhã, anda com quatro pés, ao meio-dia com dois e, pela tarde, com três?" Édipo diz que é o homem, que na infância engatinha, na idade adulta anda sobre os dois pés e na velhice apóia-se num bastão. Decifrado o enigma, a Esfinge precipita-se no abismo e Édipo recebe, como prometido, a mão de Jocasta em casamento e a coroa de Tebas. Cumpre novamente, sem o saber, o seu destino. Durante anos reinou em paz, até que uma peste devastadora se abateu por todo o país, como uma epidemia que dizimava homens e plantações. Consultado mais uma vez, o oráculo revela que a epidemia é consequência de não terem os tebanos vingado a morte de Laio. Édipo ordena então que se investigue, encontre e puna o assassino. Durante as investigações, descobre, horrorizado, ter sido ele mesmo que, sem o saber, matara o pai e casara com a mãe. Jocasta, desesperada, se enforca com uma corda. Édipo, ao vê-la morta, arranca de seu manto agulhas que o adornavam e, com elas, dilacera os olhos, cegando-se.

Nas tragédias gregas, em que são poetizadas tragicamente as inquietações relativas ao destino, o campo familiar é o território privilegiado para a exploração do complexo interjogo dos homens e das divindades, na tentativa de desvendar os desígnios dos deuses e buscar uma solução de compromisso entre os modos de funcionar da lógica divina e o modo do acontecer humano. Freud, ao reler a tragédia de Sófocles, encontrou nela o espaço para conter alguns dos principais elementos de seus achados que, como bem sabemos, implicam sempre uma vida familiar. Se ele assim pôde operar, retomando um texto de aproximadamente 2300 anos num contexto totalmente diferente, é exatamente porque no interior da tragédia encerra-se um drama familiar capaz de significar com intensidade emotiva para além do contexto sociocultural em que a própria tragédia encontra-se circunscrita. Para além do drama advindo da relação entre as contradições da justiça divina e dos anseios humanos, o núcleo do intenso entrelaço emocional carregado de contradições entre os membros de uma família que permitiu essa releitura da tragédia de Sófocles e a reelaboração de Édipo num complexo capaz de apontar para o miolo do drama humano, desta vez destituído de seus vínculos com o sagrado, tais como compreendidos pelo mundo grego, e integrados a uma compreensão que encontra na tragédia a figuração propícia para pôr de manifesto a dinâmica pulsional em jogo no processo de humanização de cada homem, processo este que Freud sempre posicionou no interior de uma cena familiar, a qual é sempre dotada das potencialidades necessárias para fazer sucumbir ou desenvolver cada homem, isto é, que ele adoeça profundamente ou que promova o seu desenvolvimento. Por isso, podemos ler e ficar impactados com a tragédia, mesmo se a abstrairmos de seu contexto ideológico.

Todos nós nascemos e estamos, de algum modo, inseridos numa família durante todo o percurso de nossas vidas. Todo ser humano constitui, nas palavras do antropólogo Lewis Morgan (1981), "o centro de um grupo de parentesco e, portanto, é obrigado a compreender e usar o sistema [de parentesco] vigente". Mas, quando falamos de família, a que nos referimos? Na sociedade ocidental contemporânea, de maneira geral, referimo-nos à família nuclear - aquela composta por um par heterossexual casado, monogâmico, unido por laços sentimentais, por uma cooperação econômica contínua e por um interesse comum ligado ao cuidado da prole. E, de fato, esse arranjo familiar está fortemente implantado em nosso imaginário porque corresponde à forma predominante pela qual as famílias organizam-se em nossa sociedade. Tão preponderante é ele que Elisabeth Roudinesco (2003), em seu livro A família em desordem, chama a atenção para o fato de que mesmo casais homossexuais, em luta em muitos países do Ocidente pela legalização de suas relações, reivindicam o direito de constituírem famílias segundo este modelo, constituindo lares independentes, com autonomia econômica e filhos sob seus cuidados - relações familiares que possam ser regidas pelos mesmos códigos do direito civil que as famílias compostas por casais heterossexuais, que tanto e por tanto tempo repeliram as preferências homossexuais. Em nosso país, o trabalho da demógrafa Elza Berquó (1998), Arranjos familiares no Brasil, traça um perfil da estrutura populacional brasileira em seu processo de transformação ao longo de um período que vai de fins do século XIX até meados dos anos 90 do século passado, processo este que é resultado das mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de nossa sociedade, mudanças por sua vez dependentes das trans-

formações econômicas, sociais e culturais que tiveram lugar no decorrer do tempo. Como resultado da ampla pesquisa que a autora realizou em censos demográficos que cobrem esse período, podemos ver que o caráter nuclear da família, isto é, o casal heterossexual com filhos, é predominante em nosso país - são pouco mais de 50% dos arranjos domésticos no ano de 1995, último ano de consulta em seu trabalho -, embora o tamanho da família, em particular o número de filhos, tenha diminuído no decorrer do século XX.

A mesma predominância da família nuclear monogâmica nós encontramos em grande parte das sociedades humanas, nas quais o número de homens e de mulheres tende sempre a equiparar-se, a não ser em casos excepcionais, como o da guerra, que pode diminuir boa parte da população masculina, ou do assassinato de crianças de um dos sexos, como é o caso, citado por Claude Lévi-Strauss (1986) no texto "A família" do infanticídio das meninas entre os Toda, no século XIX. Nesse texto, em que Lévi-Strauss realiza uma síntese antropológico-estrutural dos achados etnológicos sobre famílias em diversas sociedades humanas, ele nos diz que, "ao percorrer o imenso repertório das sociedades humanas, sobre as quais possuímos informações desde Heródoto, tudo quanto se possa dizer, do ponto de vista que nos interessa, é que a família conjugal surge nelas com muita frequência" (p.75). Esse é um achado importante da moderna etnografia, da qual Lévi-Strauss foi pesquisador e pensador revolucionário. Ele não apenas reuniu um imenso conjunto de dados sobre arranjos familiares em diferentes sociedades, como buscou construir os modelos estruturais que regulam seus arranjos e manifestações singulares, chegando a descrevê-los em complexa linguagem matemática. O acúmulo de dados propiciado pela

pesquisa etnográfica acabou por mostrar que o gênero de família caracterizado, nas sociedades contemporâneas, pelo casamento monogâmico, pela residência independente dos jovens esposos, pelas relações afetivas entre pais e filhos, etc também existe nitidamente nas sociedades que permaneceram num nível cultural que julgamos rudimentar. De tal magnitude é a incidência desse arranjo, realizado de formas variadas em diferentes sociedades, que Lévi-Strauss pergunta-se: 'se a universalidade da família [nuclear] não é o efeito de uma lei natural, como explicar que a encontremos por quase todo lado?' Não se trata de uma lei natural, porque a simples existência de outros arranjos familiares, tais como a poligamia, impede tal explicação. Trata-se, portanto, de um arranjo que compartilha com a natureza seu caráter universal, mas que é fenômeno social, cultural, manifesto na diversidade de suas formas. Em busca da explicação para a prevalência de tal arranjo, ele começa por defini-lo, construindo um modelo reduzido de algumas de suas propriedades invariantes que serviria para descrever toda família, independentemente de sua localização espacial ou temporal. São essas propriedades:

1. A família tem origem no casamento.
2. Ela inclui o marido, a mulher e os filhos nascidos de sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes podem, eventualmente, se agregar.
3. Os membros da família estão unidos entre si por a) laços jurídicos; b) direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa ou outra; c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc.

Este modelo abarca uma diversidade enorme de configurações familiares, compreendendo-as todas como lugar de

intersecção, de entrecruzamento de laços de natureza biológica, consanguínea – como os criados com o nascimento dos filhos – e social – como o originado no casamento, vínculo de aliança regulado socialmente.

A família inicia-se com o casamento. Toda sociedade, segundo Lévi-Strauss, impõe uma distinção entre o casamento, laço legal, socialmente aprovado, e as uniões temporárias ou permanentes resultantes da violência ou do consentimento. E, em seu conjunto, todas as sociedades atribuem um grande valor ao estado conjugal, sendo o celibato condenável para a maior parte delas. "É que, em sociedades nas quais reina a divisão do trabalho entre os sexos e em que só o estado conjugal permite ao homem gozar dos produtos do trabalho feminino, um solteiro é somente metade de um ser humano" (p. 79). Marido e esposa, oriundos de famílias diferentes, unem-se muito menos, de acordo com o autor, devido a preocupações de ordem sexual do que econômica. Diz ele: "são as preocupações de ordem econômica que desempenham um papel de primeiro plano, pois é sobretudo a divisão do trabalho entre os sexos que torna o casamento indispensável" (p. 84). A divisão do trabalho institui um estado de dependência recíproca entre os sexos. Evidentemente, é preciso aqui distinguir o fato da divisão do trabalho entre os sexos de suas diferentes modalidades, que dependem de fatores sociais, econômicos e culturais.

É interessante aqui confrontar a leitura sobre a origem do casamento feita por Lévi-Strauss – que o assenta, como dissemos, em necessidades de ordem econômica, ligadas à divisão do trabalho entre os sexos –, daquela feita por Freud em *Totem e tabu*, segundo a qual é o reconhecimento por parte do homem de suas necessidades sexuais e afetivas contínuas

e, por parte da mulher, de sua necessidade de proteção para poder manter junto de si a sua cria, que daria origem ao casamento e à família. As duas leituras focalizam diferentes ordens de necessidades humanas. A primeira destaca seus fundamentos sociais e econômicos, a segunda as demandas sexuais e afetivas de homens e mulheres que casam e se organizam em famílias. Evidentemente, estas diferentes ordens de necessidades estão interligadas, já que tanto as tarefas associadas às mulheres quanto aquelas desempenhadas pelos homens atendem de forma conjunta e indissociável necessidades materiais e afetivas.

O casamento dá origem a uma família. Ao unir-se um homem oriundo de uma família a uma mulher de outra, são as famílias que se enlaçam, para constituir um novo agrupamento familiar. "São antes as famílias que produzem o casamento, principal meio socialmente aprovado de que dispõem para se aliarem umas às outras" (p. 80). Para Lévi-Strauss, o casamento não é, como o senso comum costuma conceber, um assunto privado, união de indivíduos. O casamento une grupos, famílias, que através dele trocam esposas. É, deste modo, instituição privilegiada que garante que os grupos familiares não se fechem sobre si, provendo apenas em seu interior as necessidades pessoais de seus membros, mas tenham que se abrir para outros grupos, para com eles garantir sua sobrevivência. Assim, porque depende para a sua formação de uma sociedade constituída por outras famílias que a precedem, que podemos dizer que a família não se constitui por uma união natural, biológica. Ela é instituição social, regula-se socialmente e cumpre função essencial para a manutenção e coesão da sociedade, integrando as unidades familiares parciais no interior da comunidade maior e evitando o fracionamento social que

poderia advir de casamentos consanguíneos, feitos em grupos fechados. Diz Lévi-Strauss:

em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma um homem, outra uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira família, e assim indefinidamente... entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade - pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos de consanguinidade - e o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança (p. 88).

No capítulo XXIX de *Estruturas elementares do parentesco*, Lévi-Strauss, após um percurso minucioso por diferentes sistemas de parentesco dos quais busca descrever as lógicas de funcionamento, sintetiza os princípios gerais do parentesco, evitando as narrativas singulares que os configuram. Ali, ele mostra que há um sistema de trocas na origem das regras do casamento. A troca entre famílias é a base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial. Essa troca é assegurada pela proibição do incesto, que se estende a todos os homens: a liberdade de casar com alguém de fora da própria família - a exogamia - está assegurada pela extensão a todos os homens de uma proibição semelhante à que afeta cada um deles em particular - a de casar-se com alguém de sua própria família, a mãe ou a irmã na maior parte das sociedades, mas que se estende a uniões entre pessoas com graus diversos de parentesco, como o casamento entre primos, tios e sobrinhas, etc., na dependência de cada grupo social. Atrás da expressão superficialmente negativa da regra da exogamia - negativa porque proíbe o casamento nos graus interditos -, há a garantia da troca, da circulação

total e contínua dos bens do grupo por excelência, que são as mulheres e suas filhas. A proibição do incesto é menos uma regra que proíbe casar com a mãe, a irmã ou a filha do que uma regra que obriga a dar a outrem a mãe, a irmã ou a filha. Os homens trocam palavras e mulheres, tendo ambas a função fundamental de comunicação com o outro e a integração do grupo. "Se sou um indígena e encontro um outro indígena, este deve ser ou meu parente ou meu inimigo... não há meio termo". Através do casamento, os estrangeiros tornam-se parentes e garantem assim a cooperação mútua. "Como se costuma dizer na Nova Guiné, o casamento tem menos por objetivo a procura de uma esposa do que o de obter cunhados" (p. 80). Lévi-Strauss contrapõe a relação de irmãos à de cunhados: a primeira estaria baseada num vínculo de solidariedade mecânica, fundamentada na semelhança entre os irmãos, sendo seu modelo fornecido pela natureza. A segunda constitui um vínculo de solidariedade orgânica, social, que tem uma eficácia funcional. Por meio da proibição do incesto, portanto, faz-se a passagem dos vínculos naturais para os vínculos de aliança, da natureza para a cultura, assegurando o domínio dos laços sociais sobre os biológicos. Só as instituições humanas, a diferença dos animais, põem sistematicamente em prática regras negativas, proibições, para criar laços sociais. É o grupo social que conta, a sua perpetuação, não a família elementar. Esta deve ser transitória, tolerada socialmente porque provê as necessidades básicas de seus membros, porque somos um corpo e precisamos comer, agasalhar-nos, unir-nos sexualmente, vivermos em intimidade. A família é o reduto onde grande parte dos homens pode ver atendidas essas necessidades. Mas os vínculos de dependência que ali se constituem e perduram por um

bom tempo na vida de cada um de nós devem contribuir para a sua própria dissolução, para que possamos nos tornar independentes da família de origem e vir a criar outra, numa sucessão infinita de famílias. "Em todos os casos, as palavras das Escrituras - 'Deixarás o teu pai e a tua mãe' - fornecem a regra de ouro ao estado da sociedade" (p. 97).

Lévi-Strauss afirma assim que a proibição do incesto é um fenômeno social, não podendo ser reduzido a biologia nem a afetividade que circula no interior da família. Os sentimentos contraditórios vividos na relação entre pais e filhos - o amálgama de amor e ódio, respeito, rivalidade, ciúmes e temor de que tratávamos ao falar do complexo de Édipo, tal como descrito por Freud - só são incompatíveis, segundo Lévi-Strauss, em função do papel cultural que a família é levada a desempenhar, e que deve se sobrepor e conter os desejos e afetos pessoais. Mas as idéias de Lévi-Strauss e Freud quanto à função da proibição do incesto não são incompatíveis. Talvez mais correto seria dizer que, enquanto o primeiro estabelece o valor funcional dessa proibição para a preservação e perpetuação dos grupos sociais, Freud acentua o seu valor central na constituição psíquica dos homens. Para ambos, essa proibição é a regra fundamental que permite a passagem do âmbito da natureza para a cultura, servindo de base para todas as regras do convívio social.

Ao propor um modelo estrutural para compreender o sentido da formação dos grupos familiares e sua função primordial na perpetuação dos grupos sociais, Lévi-Strauss permite-nos aproximar famílias de diferentes lugares e diferentes momentos da história a partir das semelhanças de seus arranjos e de suas regras de funcionamento. Outro vértice de estudos da família, realizado pela sociologia e pela

história, nos ensina sobre os processos de transformação que são continuamente impostos aos agrupamentos familiares a partir das mudanças sócio-político-econômicas das sociedades em que estão inseridos, e nos alerta sobre a importância de levar em consideração, quando examinamos dinâmicas familiares, os fatores socioeconômicos com que cada família tem que se haver para sobreviver e cuidar de seus membros em espaços e tempos sociais determinados historicamente. Em meados do século XX, Adorno & Horkheimer (1973), pesquisadores da Escola de Estudos Sociais de Frankfurt, na Alemanha, pensaram a especificidade dos processos que afetavam naquele momento a família ocidental a partir de uma teoria crítica da vida social que procurou integrar as concepções materialista-históricas advindas do marxismo a uma compreensão do homem-advinda principalmente da teoria freudiana. No texto "Família", que faz parte da coletânea Temas básicos da sociologia, eles mostram como as formulações de Freud sobre o nascimento, desenvolvimento e adoecimento da psique pressupõem uma determinada concepção de família como instituição socialmente definida, inserida num universo cultural que compreende regras e valores estabelecidos. E apesar de as formulações de Freud terem um caráter universal – possivelmente por isto ele tenha escolhido os nomes da mitologia grega para cunhar os seus achados, tais como Édipo, Eros, Tânatos, etc., a fim de vinculá-los a uma concepção que abrange a totalidade do cosmo –, esses estudiosos mostraram as relações entre o seu pensamento e as condições sociais específicas de sua produção, ou seja, a sociedade burguesa de fins do século XIX, cuja organização familiar predominante era monogâmica e patriarcal, sendo o pai, o pater familias, detentor da propriedade e autoridade

máxima dentro da família. O filho identificava-se com essa figura de poder, a quem amava e temia.

Assim, a criança, que na força paterna baseava as suas próprias instâncias morais e, portanto, a sua própria consciência, para aprender, por último, a respeitar e amar quem se apresentava ao seu intelecto como efetivamente existente, aprendia também a relação burguesa de autoridade e já não apenas o referente à esfera da família. A família convertera-se em agente da sociedade; era o veículo pelo qual os filhos aprendiam a adaptação social; formava os homens tal como eles tinham de ser para cumprir as tarefas impostas pelo sistema social (p. 138-139).

Adorno & Horkheimer mostram a família burguesa como instância do processo de adaptação à sociedade capitalista, já que somente a autoridade que adquire corpo na família – através das relações de sangue e dos desejos e temores que circulam em seu interior – pôde inculcar nos homens as forças que lhes eram indispensáveis para reproduzir, nas condições de assalariados separados do poder de controle sobre os meios de produção, a sua força de trabalho e, por conseguinte, a sua própria vida. Os autores descreveram também a crise da família burguesa, resultante das profundas transformações econômicas que ocorreram no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX e que resultaram, em alguns países, em empobrecimento de grande parte da população.

Enquanto a família assegurava proteção e conforto aos seus membros, a autoridade familiar encontrava sua justificação. Mais do que isso: a propriedade hereditária constituía, por si só, um sólido motivo de obediência por parte dos herdeiros (...). Quando a propriedade burguesa foi destruída num número cada vez maior de famílias, o conceito de herança foi esvaziado de todo sentido. Também como autoridade

do tabu sexual a autoridade da família vê enfraquecer o seu domínio. Como a família já não garante, de forma segura, a vida material dos seus membros nem pode proteger suficientemente o indivíduo contra o mundo externo, que exerce uma pressão cada vez mais inexorável, ela é impotente para fazer respeitar as normas sexuais tradicionalmente impostas. Vacila o equilíbrio de equivalências entre o que a família exige e o que ela dá... (p. 140-141).

A família cumpria cada vez menos sua função de instituição de aprendizagem e educação. Os pais já não tinham mais um patrimônio cultural e de experiências que pudesse ser transmitido. A família burguesa que, segundo Adorno & Horkheimer, serviu de modelo para as formulações de Freud já passava por uma crise profunda no momento em que ele formulava as suas teorias. E a psicanálise, ao penetrar os interstícios dessa família, contribuiu, a nosso ver, para trazer à luz essa crise. Adorno & Horkheimer revêem toda a dinâmica do complexo de Édipo à luz dessa nova configuração social, na qual o pai já não se apresenta diante do filho como a figura idealizada, amada e temida que Freud descreve quando tem em mente o pai da família burguesa plenamente estabelecida.

No texto desses autores, fica clara a necessidade, tal como nos referimos há pouco, de integrar o entendimento dos processos sociais na compreensão das mudanças pelas quais passa a família na atualidade. A família é uma instituição social, cumpre uma função fundamental na manutenção do tecido social e é, diretamente afetada em seu interior pelas mudanças sociais mais amplas. Essas considerações não podem escapar à nossa atenção quando pensamos a família a partir de suas dinâmicas internas de funcionamento. Não podemos isolá-la de seu contexto social

mais amplo, a partir do qual ela deve ser compreendida, mas integrá-lo às reflexões de um processo de investigação e pesquisa que nos permita adentrar as tramas das relações familiares, tal como faremos nos capítulos que se seguem.